

Apresentação

Airton Luiz Jungblut
Ricardo Mariano

A presente edição da *Civitas* contém sete artigos cujo conteúdo se baseia em pesquisas empíricas e teorias fundamentadas, sobretudo, nas subáreas de antropologia e sociologia da religião. Seis deles examinam os movimentos evangélicos na Argentina, no Brasil, no Peru e no Uruguai. Em seu conjunto, destacam, além da notória influência de crenças e práticas da Nova Era em certos segmentos evangélicos, suas estratégias de ocupação da esfera pública, a politização de sua identidade religiosa e, em especial, seu recente e, relativamente, bem-sucedido ativismo político. Ativismo que, conforme o país, tem sido levado a cabo, inclusive, por meio da formação de bancadas parlamentares e até da criação de partidos políticos próprios. Esses fenômenos “desseccularizantes”, que têm se disseminado em grande parte da América Latina, demonstram, por um lado, o processo de desprivatização do religioso e, por outro, as tentativas evangélicas, sobretudo pentecostais, mais ou menos infrutíferas, de “confessionalização” do campo político, ou pelo menos de processos eleitorais. Segue-se um artigo que analisa as mutações, por meio do exame de suas representações, pelas quais tem passado a difícil relação entre espiritismo kardecista e ciência no Brasil. Por fim, é publicado um texto que compara três cosmovisões relacionais que estão emergindo nas ciências humanas atuais.

Baseado em extensa pesquisa empírica e nos aportes da sociologia da religião e da teoria dos movimentos sociais, Hilario Wynarczyk, em artigo

<i>Civitas</i>	Porto Alegre	v. 6	n. 2	jul.-dez. 2006	p. 5-10
----------------	--------------	------	------	----------------	---------

intitulado *Partidos políticos evangélicos conservadores bíblicos en la Argentina - Formación y ocaso 1991-2001*, toma como pontos de partida de sua análise a ruptura dos grupos evangélicos conservadores com o apolitismo e com concepções que negavam a política e a associavam ao mundano e demoníaco, e seu recente ingresso na esfera pública. Em seguida, examina detidamente seu inusitado ativismo político, suas tentativas de criação de partidos políticos confessionais na Argentina entre 1991 e 2001 e as mudanças políticas e ideológicas que esses religiosos experimentaram nesse período. Entre essas experiências, o autor elenca uma sucessão de fracassos eleitorais e de insucessos nos esforços de dirigentes evangélicos conservadores para desenvolver seu ativismo político por meio de um partido próprio. Não obstante a superação de seu velho dualismo negativo tenha permitido legitimar internamente sua atuação na esfera pública e na arena política, sua participação na política partidária com partidos próprios fez surgir uma série de interesses divergentes e disputas nesse movimento religioso. São várias as razões para o insucesso dessa empreitada. As lideranças das federações evangélicas não apóiam a criação de partidos políticos confessionais, alegando riscos de ampliação dos divisionismos já existentes e de transformação da arena religiosa numa arena política. O peronismo, por sua vez, continua atraindo boa parte do eleitorado pentecostal, grupo evangélico majoritário na Argentina e que constitui a principal base religiosa dos dirigentes evangélicos politicamente conservadores. O sistema partidário argentino, além disso, mantém, na prática, uma estrutura de feição bipartidária, o que dificulta, e muito, o sucesso político e eleitoral de novas agremiações políticas.

Nicolás Guigou, em texto intitulado *Religión y política en el Uruguay*, analisa o quadro atual de relacionamento da sociedade civil uruguaia com os grupos religiosos lá existentes. Com sua forte tradição laicista, completamente atípicas para os padrões latino-americanos, o Uruguai constitui cenário dos mais interessantes para observar o impacto social de alguns movimentos contemporâneos de revitalização religiosa, em especial o associado à expansão de ramificações do neopentecostalismo brasileiro. De meados do século 19 às primeiras décadas do século 20, o estado uruguaio, tendo como coadjuvantes grupos liberais, positivistas, racionalistas, socialistas, maçons e protestantes, liderou radical processo de secularização, de cunho beligerante e anticlerical, aproveitando-se, na época, da fragilidade institucional da Igreja Católica. Tratou, assim, de constituir uma nação laica e promover uma espécie de “religião civil”. Com isso, ao longo da maior parte do século passado manteve a política e a religião como domínios autônomos entre si e confinou

os grupos religiosos ao domínio privado. A principal novidade do campo religioso uruguaio consiste no crescimento acelerado de grupos religiosos, em especial dos pentecostais, entre os quais a Universal do Reino de Deus, que não têm por objetivo “ecumenizar suas diferenças”, nem reforçar a “religião civil”, nem muito menos privatizar sua atuação. Pretendem, pelo contrário, ocupar o espaço público, a começar pelo midiático, como vêm fazendo. Segundo Guigou, elas negam-se a colaborar com a criação e a manutenção de um espaço público abstrato e em conformidade com o velho ideário liberal. O fato é que o dinamismo e a crescente pluralização do campo religioso uruguaio, com a expansão numérica e o fortalecimento institucional das igrejas pentecostais e também dos cultos de origem afro-brasileira, vêm pondo em xeque, ainda que paulatinamente, a laicidade da nação.

Em *Religião e política no Peru pós-Fujimori*, Paulo Barrera Rivera analisa a participação dos evangélicos peruanos na política partidária a partir das eleições de 1990, quando esses religiosos, em aliança com Fujimori e o partido Cambio 90, elegeram o vice-presidente da República, três senadores e 15 deputados federais. O fenômeno causou enorme surpresa, haja vista que o ingresso concertado na política partidária representou forte inflexão no comportamento político dos evangélicos peruanos, que até então – não obstante o lançamento de candidaturas avulsas de crentes sem apoio eclesiástico oficial desde a década de 1960, a crescente pluralização ideológica nesse meio religioso promovida pelos universitários e as tentativas de criação de agremiações partidárias nos anos 80 –, mantinham-se majoritariamente apolíticos e deliberadamente auto-excluídos da esfera política partidária. Isso ocorria, em parte, por seu velho dualismo teológico, por seu caráter de grupo minoritário e por sua origem recente e estrangeira num país cujo campo religioso era dominado há séculos pela Igreja Católica. Para explicar essa tremenda guinada política, Barrera destaca, além de aspectos do contexto político e econômico, a mobilização política das lideranças eclesiásticas católicas. Ao apoiar Vargas Llosa, identificar Alberto Fujimori com os evangélicos e alardear o risco iminente para a catolicidade do Peru caso ele fosse vitorioso, as lideranças católicas contribuíram decisivamente para reavivar o anticatolicismo evangélico, politizar a identidade religiosa desses grupos, mobilizar os líderes denominacionais e arregimentar fiéis para apoiar eleitoralmente Fujimori e os candidatos evangélicos. Nas eleições seguintes, os evangélicos elegeram número bem menor de deputados, em razão de sua dificuldade para mobilizar o apoio eleitoral dos fiéis a seus irmãos de fé, da desarticulação de seus dirigentes e da dispersão de votos nos diversos candidatos em disputa. Ao mesmo tempo,

contudo, a participação política de mulheres e de igrejas carismáticas apresentou elevado incremento, alterando o perfil de sua representação política, antes exclusivamente masculina e majoritariamente composta por pentecostais e protestantes históricos. As eleições de 2006 contaram com o recorde de 104 candidatos evangélicos, um dos quais à presidência do Peru, lançados por oito partidos, incluindo os dois partidos evangélicos criados nos últimos anos, Restauração Nacional e Reconstrução Democrática. Esses dados demonstram que, tal como vem ocorrendo na maior parte da América Latina, o ativismo político dos evangélicos peruanos veio para ficar.

Em *A reação evangélica ao novo Código Civil*, Ricardo Mariano examina a mobilização nacional das lideranças eclesiásticas e parlamentares evangélicas para alterar a nova legislação brasileira, que entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003 e cuja implementação deveria ocorrer até janeiro de 2004. O novo Código Civil, ao fixar novas regras para o funcionamento e organização das associações religiosas no país, tenderia a ampliar o controle legal que o Estado brasileiro exerce sobre os grupos religiosos. Sua implantação teria, entre outras, as seguintes implicações: as igrejas passariam à categoria de associação, tal como as ONGs, os clubes e os partidos políticos; seriam obrigadas a reformar os estatutos, registrar movimentação financeira, comprovar receitas e despesas, declarar anualmente imposto de renda, convocar Assembleia Geral para tomar certas decisões e conceder amplo direito de defesa ao membro excluído. Diante da perspectiva dessas mudanças, difundiram-se, como um rastilho de pólvora, diversos temores nesse meio religioso em caso de descumprimento de algumas destas medidas: pagamento de multas, prisão de pastores, processos na justiça, obrigatoriedade de efetuar casamentos de homossexuais. A rápida propagação de tais temores gerou forte reação em cadeia de lideranças eclesiásticas, advogados, juristas e parlamentares evangélicos. Disso resultou uma intensa mobilização evangélica por quase dois anos em todo o país. Mobilização que teve como eixo central a politização de sua identidade religiosa (de minoria discriminada em luta por liberdade e maior autonomia) e a articulação de um poderoso e bem-sucedido lóbi (por meio da criação e atuação da Frente Parlamentar Evangélica para alterar o Código Civil) no Congresso Nacional. Essas reações culminaram na sanção presidencial de lei que alterou a pessoa jurídica das igrejas, desobrigando-as de realizar as mudanças legais previstas inicialmente pela nova normatividade jurídica.

Intitulado *O Evangelho New Age: sobre a gnose evangélica no Brasil na visão de seus detratores*, o texto de Aírton Luiz Jungblut trata da “nova-erização” de alguns setores do universo evangélico brasileiro. Para tanto,

analisa uma série de acusações desferidas, principalmente por teólogos evangélicos mais ortodoxos, contra supostos desvios doutrinários oriundos dos Estados Unidos que estariam a estimular uma leitura gnóstica da relação crente–Deus. O autor procura, assim, compreender as tensões e os conflitos que se estabelecem entre a ortodoxia evangélica brasileira e alguns desses movimentos destradicionalizantes (“nova-erizantes”) responsáveis pela introdução dos tais desvios gnósticos. Busca, também, cotejar as informações presentes nessa análise com diagnósticos efetuados por cientistas sociais, brasileiros e estrangeiros, sobre as características do fenômeno religioso no mundo ocidental contemporâneo. Ao abordar temas como a “orientalização”, a “destradicionalização”, a “desteologização” e a “desinstitucionalização” que perpassam as tradições religiosas em geral, e o campo evangélico brasileiro em particular, o texto contribui para ampliar a compreensão da complexa e instigante revitalização religiosa que se assiste hoje no Brasil.

Arnaldo Érico Huff Júnior, em *Imagens de Lutero no luteranismo brasileiro: políticas e identidades na Igreja Evangélica Luterana do Brasil entre a I Guerra Mundial e o Pós-Ditadura Militar*, analisa as transformações ocorridas na construção identitária da Igreja Evangélica Luterana no Brasil (Ielb), por meio do exame das mutações na apropriação por suas lideranças eclesiásticas e teológicas de experiências, textos e imagens pictóricas de Lutero, ocorrida em consonância com as mudanças nos contextos histórico, político, religioso, social e cultural desde a I Guerra Mundial até a redemocratização do Brasil. Nesse processo, a ressignificação da tradição e da memória luteranas e de Lutero são uma constante. Conforme o contexto, os problemas enfrentados e as perspectivas teológicas operantes, os dirigentes da Ielb vão elaborando e realçando diferentes facetas de Lutero, que assume feições, entre outras, de reformador, “guardião da verdade”, educador, pastor, “homem do povo”. Ao ressignificá-las, as distintas imagens de Lutero são acionadas, igualmente, nas disputas internas, seja para reforçar ou desancar a posição dos que defendem a ortodoxia e o exclusivismo da verdade divina contra os que pregam uma perspectiva mais ecumênica, ou ainda a dos que pleiteiam o alheamento político em oposição aos que propõem o engajamento e o ativismo políticos, e assim por diante. Como sinal dos tempos, o pai da Reforma Protestante e fundador do luteranismo também é acionado para desempenhar tarefas pueris e inusitadas. Na última imagem apresentada, por exemplo, Lutero aparece empunhando uma guitarra, todo estiloso tal como um típico *guitar man*, para divulgar o Lutherstock, festival de bandas gospel da denominação.

O artigo de Bernardo Lewgoy, intitulado *Representações de ciência e religião no espiritismo kardecista: antigas e novas configurações*, lança novas luzes sobre a relação entre espiritismo e ciência. Segundo o autor, muitos adeptos desta doutrina religiosa, desde seu surgimento no século 19, procuraram legitimá-la por meio de uma forçada aproximação sempre problemática com o conhecimento científico. Tendo como cenário o cientificismo ingênuo da época e um difuso otimismo derivado das promessas iluministas, o espiritismo almejou alcançar respeitabilidade e legitimidade científicas por meio de experimentações parapsíquicas e tentativas de comprovação, através da fotografia, por exemplo, da realidade material dos ectoplasmas. Em contraste com outrora, contudo, o espiritismo brasileiro revela-se mais interessado em bem definir as fronteiras que o separam da ciência, optando deliberadamente pela articulação e mobilização de uma estratégia “demarcacionista”. O autor mostra, também, o quanto uma sensibilidade “espiritualista”, tributária do espiritismo, vem ganhando espaço atualmente entre profissionais que trabalham na área da saúde e lidam com aspectos éticos que envolvem a vida e a morte humana, influenciando suas perspectivas e posições nos acirrados debates sobre terapias alternativas, eutanásia, ortotanásia, paliativismo, células-tronco, clonagem.

Em seu texto *A emergência de cosmovisões relacionais*, Marília Veríssimo Veronese e Maria Luísa Carvalho abordam os conceitos cultura da partilha, paradigma da dádiva e comunitarismo solidário dando destaque às proposições de práticas sociais associadas a cada um em termos de tipo de sociedade, agente social (sujeito) privilegiado e relações no mundo do trabalho. O texto, que inicia apresentando a dicotomia entre indivíduo e coletividade e procura alternativas sintéticas que a superem. As autoras explicitam seu engajamento ao afirmarem o propósito de ir além da discussão acadêmica em busca de alternativas que confrontem a predominante ideologia do “pensamento único”.